



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9037

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Resolução

Categoria: Placa de Prata “Alferes José Lopes de Carvalho”

Autoria: Alfredo Ramos Neto

Data: 06/03/2014

Descrição Sumária: RESOLUÇÃO Nº 05, de 11/03/2014. Concede a "Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho" ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG (Campus Montes Claros).

Controle Interno – Caixa: 7M.2

Posição: 02

Número de folhas: 17

RESOLUÇÃO Nº 05/2014

Espécie: P.R

Categoria: Honraria

Subcategoria: Placa Alferes

Cx: 7 M. 2

Ordem: 02

Nº de Folhas: 14



11.03.2014

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05/2014

AUTOR:

Ver. Alfredo Ramos Neto

ASSUNTO:

Concede Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho ao
IFNMG " Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (Campus Montes Claros).

MOVIMENTO

Entrada em 06/03/2014

Comissão Especial.

- 1 -
- 2 - *Aprovação em única em 11.03.2014*
- 3 - *Entregue em 22/05/2014 / mantida*
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

RESOLUÇÃO Nº 05, de 11 de março de 2014.

Concede Placa de Prata.

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica outorgada ao **Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG (Campus Montes Claros)**, a **Placa de Prata Alferes José Lopes de Carvalho**, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa pelos relevantes serviços prestados a este Município e região, contribuindo sobremaneira para nosso progresso e desenvolvimento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 11 de março de 2014.

Vereador – Antonio Silveira de Sá
Presidente da Câmara

Vereador – Raimundo Pereira de Silva
1º Secretário

Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador

Alfredo ★

Ramos

Mandato de Qualidade



Projeto de Resolução 05 / 2014

Concede Placa de Prata Alferes “José Lopes de Carvalho”

A Câmara Municipal de Montes Claros aprova e por seu Presidente promulga a seguinte Resolução:

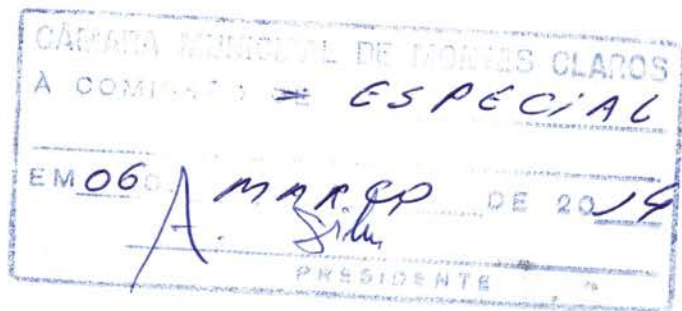
Art.1º - Fica outorgada à “IFNMG” Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (Campus Montes Claros), a Placa de Prata Alferes “José Lopes de Carvalho”, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa, pelos relevantes serviços prestados ao nosso município e região, contribuindo sobremaneira para o nosso desenvolvimento.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 11 de Março de 2014.

Alfredo Ramos Neto
Vereador - PT





Somos do parecer Favorável
A aprovação.
10 de Março 2014

Wanderley Ferreira de Oliveira
VEREADOR

Valdir Alves Nunes
[Signature]



1. APRESENTAÇÃO

Em 29 de dezembro de 2008, com a sanção da Lei Federal nº 11.892, que cria no Brasil 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da junção de Escolas Técnicas Federais, CEFETs, Escolas Agrotécnicas e Escolas vinculadas a universidades, o Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG) surge com a relevante missão de oferecer educação pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão e promovendo a interação entre pessoas, conhecimento e tecnologia, visando proporcionar a ampliação do desenvolvimento técnico e tecnológico da região norte mineira.

O IFNMG possui estrutura organizacional pluricurricular, multicampi e descentralizada e oferece educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

A área de abrangência do IFNMG é constituída por 126 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Norte de Minas, parte do Noroeste e parte do Jequitinhonha), ocupando uma área total de 184.557,80 Km². A população total é de 2.162.926 habitantes, segundo o Censo Demográfico (BRASIL, IBGE, 2010). Neste contexto, o IFNMG agrega sete *Campi* (Almenara, Araçuaí, Arinos, Montes Claros, Januária, Pirapora e Salinas) e a Reitoria, sediada na cidade de Montes Claros.

Em 06 de dezembro de 2010, o IFNMG implanta o *Campus* Montes Claros, sob autorização do Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 1.366. A partir de então, iniciam-se as atividades pedagógicas, em sedes provisórias, conforme convênios firmados com duas instituições montesclarenses: Fundação Irmã Dulce de Montes Claros (MG), localizada à [REDACTED], onde funciona o Gabinete do Diretor Geral, as Diretorias de Ensino e Administrativa/Planejamento, e o Curso Técnico em Informática; e a Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros, na Escola Municipal Ruy Lage, [REDACTED], ofertando os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e Segurança do Trabalho.

A sede própria do *Campus*, em construção, localiza-se à [REDACTED]. O espaço escolar está sendo edificado em terreno doado pela Prefeitura à União, cabendo ao CEFET – MG a construção do prédio, utilizando recursos repassados pelo Governo Federal (MEC).

O município de Montes Claros, situado no Norte de Minas Gerais, possui cerca de 400 mil habitantes e é o principal centro urbano dessa região. Apresenta características de uma metrópole regional, pois seu raio de influência atinge todo o Norte de Minas Gerais e Sul da Bahia. Suas várias atividades industriais e um comércio movimentado abastecem cerca de 150 cidades situadas na sua região de abrangência, conforme divulgado no portal da sua Prefeitura Municipal.

Nos últimos 30 anos, contando com um importante aparato de apoio institucional à indústria (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG e Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - INDI), alicerçado em instrumentos -tributário, financeiros e creditícios- de incentivos e estímulos ao setor produtivo, Montes Claros conheceu um intenso processo de industrialização e diversificação de sua base produtiva, anteriormente vocacionada à agropecuária.

No setor de prestação de serviços são aproximadamente 3.450 pequenas, médias e grandes empresas disponíveis no mercado. A construção civil deve gerar mais de 10 mil empregos a médio prazo, impulsionada por investimentos na construção de imóveis para atender a todas as camadas da

população.

Os números do setor industrial comprovam a vitalidade da economia de Montes Claros. Segundo a conceituada consultoria Target Marketing, são 1.066 pequenas, médias e grandes unidades industriais em atividade. Entre elas, 04 (quatro) grandes fábricas do grupo têxtil Coteminas; 01 (uma) unidade da Lafarge, grupo francês líder mundial em materiais de construção; 01 (uma) fábrica de leite condensado, pertencente ao Grupo Nestlé; a multinacional Elster; a Vallé Nordeste e a Novo Nordisk, farmacêutica dinamarquesa líder no mercado de insulina.

Destaca-se, também, por ser o segundo entroncamento rodoviário nacional e por uma forte presença de universidades públicas e diversas faculdades privadas que oferecem cursos nas diversas áreas do conhecimento, o que transformou o município, nos últimos anos, em um importante polo universitário que atrai estudantes de várias partes do país.

Diante desse contexto local, é crescente a demanda por profissionais capacitados, que possam atender a todos os setores da economia. Ciente de tal situação, o IFNMG buscou identificar, por meio de Audiência Pública com os diversos setores da sociedade civil organizada e população local – realizada no dia 15 de junho de 2009, no auditório do Colégio Marista, em Montes Claros/MG – e com base nas características socioeconômicas e no perfil industrial da região, as áreas de atuação profissional nas quais tal demanda é mais iminente.

Dessa forma, foi verificada a necessidade de cursos para a formação técnica de nível médio e cursos superiores voltados para o atendimento aos setores secundário e terciário. Assim, no seu plano de metas, o IFNMG - *Campus Montes Claros* contempla, prioritariamente, eixos tecnológicos como – *Controle e Processos Industriais e Infraestrutura* .

O NORTE DE MINAS: DESENVOLVIMENTO E ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL E O PAPEL DO IFNMG

Desde os primórdios de sua ocupação, até o passado muito recente das décadas de 1950, 60 e 70, os contatos da região norte do atual estado de Minas Gerais com outras regiões do estado, do Brasil e com outros países, eram frágeis e irregulares, ou seja, a região ficou afastada dos mercados e dos centros mais movimentados da economia. Ainda assim, algumas atividades econômicas, não somente existiram, como se desenvolveram e captaram consideráveis recursos, mesmo que socialmente concentrados. Destacaram-se, desde o período colonial, a pecuária e, em menor escala, porém não menos importantes, a agricultura, o extrativismo vegetal, a pesca e a fabricação de alguns artigos como tecidos de algodão.

Este estado de coisas pouco se alterou por quase dois séculos – XVIII e XIX – ao longo dos quais a educação escolar em geral e mais ainda a técnica e tecnológica praticamente não existiram. Isto se deu tanto pelas características da tradição quanto pela simplicidade das relações sociais e econômicas existentes. Tal situação sofreu as primeiras alterações nas três primeiras décadas do século XX, ocasionadas por um novo processo de desenvolvimento econômico.

Especialmente após a conexão ferroviária com Belo Horizonte, em 1926, como parte das iniciativas de integração do território e promoção do progresso e desenvolvimento a fim de ocupar e modernizar os distantes sertões onde a ausência de povoamento e, sobretudo, o atraso econômico, tecnológico e cultural, como se acreditava, deveriam ser superados.

A instalação da ferrovia em Montes Claros e Pirapora viabilizou a comercialização dos produtos e o intercâmbio entre os municípios da região. Montes Claros começou a alcançar a posição de centro econômico e político regional. Uma vez conectada à rede urbana do Centro-Sul, a cidade de Montes Claros manifestou ousadas pretensões cosmopolitas e incorporou a simbologia do desenvolvimento quase como obrigação e assim projetou em sua área de influência e sobre sua própria população, a sua imagem de cidade do progresso.

Mas, a grande transformação se deu nas décadas de 1950 e 1960, na esteira do desenvolvimentismo do governo JK. No centenário de Montes Claros, em 1957, o ponto alto foi a visita de Juscelino Kubitschek. O então Presidente da República confirmou suas promessas de campanha eleitoral: a pavimentação das rodovias Montes Claros-

Corinto, Montes Claros-Pirapora, a canalização do Rio Vieira, a ampliação do abastecimento de água e do esgoto sanitário e a conexão do Norte de Minas ao sistema hidroelétrico de Três Marias que, segundo o presidente, representaria uma revolução na economia do município e da região.

Proporcionando-vos energia e transporte convôsko cooperando em serviços locais de vital importância para a vossa população, espero poder dar um passo definitivo para que a esta próspera cidade se abram perspectivas ilimitadas de progresso (Oliveira, J. Kubitschek, In: GAZETA DO NORTE, 07 jul./1957:1).

Entretanto, os investimentos infraestruturais, necessários à industrialização, não ocorreram, pois esbarraram nas características econômicas, sociais e culturais da região. O setor agropecuário era predominante, a circulação monetária insuficiente, a rede viária muito precária e a mão-de-obra local completamente despreparada e inadequada aos novos empreendimentos.

O Plano de Metas propunha a “racionalização da agricultura” – mecanização, uso de fertilizantes, controle sanitário, conservação do solo, irrigação e aperfeiçoamento do rebanho – para transformar “a agricultura arcaica em outra bem mais moderna, apoiada em conhecimentos científicos e tecnologia avançada” (CARDOSO, 1998: 54). Para tanto, o Plano recomendava a “construção de silos, armazéns e frigoríficos” e a “ampliação e diversificação do crédito agrícola”.

Porém, a agricultura e a pecuária permaneciam deficitárias e a questão agrária inalterada. Contraditoriamente, as oligarquias rurais, organizadas em várias sociedades rurais como a Associação Rural de Montes Claros, continuavam sendo o setor mais forte da economia e da vida política. Assim, por exemplo, sob a interventoria federal de Noraldino Lima (17/11/1946-20/12/1946), no seu último dia de mandato, o Norte de Minas foi contemplado com uma Escola Federal de Iniciação Agrícola, em Salinas, pelo Decreto Federal nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947. Essa escola teve a “Pedra Fundamental” lançada somente no dia 02 de setembro de 1953, sob o governo estadual de Juscelino Kubitschek (1951/1955). Foi neste quadro que ocorreram os primeiros aportes de recursos, notadamente federais, na formação técnica e profissional da região, principalmente após a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Não é por acaso que as obras de maior envergadura como a ligação com Três Marias, a pavimentação da rodovia Montes Claros-Belo Horizonte, o apoio para montagem do frigorífico e a implantação de outra Escola Agrícola, em Januária, em

1960 e de um colégio Agrícola da UFMG, em Montes Claros, em 1964, tenham se tornado realidade somente na década de 1960.

O desenvolvimento regional se dava em ritmo lento e fragmentado, beneficiando apenas alguns setores da sociedade e municípios mais articulados politicamente com os governos estadual e federal. Os recursos humanos, especialmente no que diz respeito à formação técnica e profissional, necessários às atividades industriais, aos serviços urbanos, ao comércio e, até mesmo, às instituições públicas continuavam praticamente inexistentes. A educação técnica e profissional, em movimento crescente, se tornou cada vez mais necessária, não somente ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, mas também como requisito ao próprio desenvolvimento regional.

O plano de metas de Juscelino Kubitschek, empenhado em acelerar o desenvolvimento econômico nacional, pouco havia deixado para a educação, restando a este setor apenas 3,4% dos investimentos previstos e uma única meta, relativa ao ensino técnico. O empenho do Ministério da Educação com relação à LDB, de certa forma, vinha compensar o descaso do Poder Executivo em integrar a educação à política desenvolvimentista. (MOLTALVÃO, 2012)

Foi neste contexto que, a despeito da força do setor agropecuário, em 31 de dezembro de 1949, sob a liderança do médico, fazendeiro, industrial e professor Plínio Ribeiro dos Santos, comerciantes e industriais fundaram a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros – ACI.

[...] a Associação atuou para organizar e dar expressão política aos interesses dos seus filiados. Em 1953, a Associação Comercial de Minas promoveu, em Montes Claros, a III Reunião Regional das Classes Produtoras. Contando com a colaboração direta da diretoria da ACI. Além de representantes estaduais da Associação, pecuaristas, comerciantes, lideranças empresariais, eclesiásticas e políticas regionais participaram ativamente da reunião. (Pereira, 2012: p. 4).

A ACI apresentou 18 “recomendações” que no seu 13º item sugeriu a “Instalação pelo SENAC, em Montes Claros, de curso de aperfeiçoamento de contadores, guarda-livros e empregados de escritório.” E no 15º “Que o SENAI instale em Montes Claros uma escola de aprendizagem industrial”. Entretanto, frustrando os desejos da ACI, o chamado Sistema “S” iniciou atividades na cidade somente em meados da década de 1980.

Contudo, essa iniciativa foi insuficiente e a demanda pelo ensino técnico e profissional continuou reprimida à medida que o mercado e as atividades industriais se ampliavam cada vez mais.

Para preencher essa lacuna, surgiu a Fundação Educacional Montes Claros

(FEMC), instituição mantenedora do Centro Educacional Montes Claros. Criada em 1976, por iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros (ACI), mantida por um sistema de parceria entre as empresas industriais, comunidade, Governo do Estado de Minas Gerais e recursos obtidos com os serviços escolares em educação e tecnologia, iniciou suas atividades em 30 de maio de 1976, oferecendo Cursos Técnicos de Eletrônica, Eletromecânica e Química. Em julho de 1996, a Fundação Educacional Montes Claros assumiu a gestão das Unidades SENAI/SESI.

De acordo com o professor Milton Santos (1993), as etapas da modernização e do desenvolvimento se dão com introdução de novas técnicas no sistema de técnicas existente. Nas décadas de 1980 e, mais intensamente na de 1990, a mudança ocorreu essencialmente devido aos avanços tecnológicos e à generalização das tecnologias da informação e da comunicação aplicadas, inclusive, aos sistemas produtivos. Esse período foi, portanto, caracterizado pela constituição do “meio técnico-científico-informacional” atraindo investimentos que dinamizaram e fortaleceram a economia. Por isso, as cidades médias reforçaram sua centralidade na região sob a sua influência, ou seja, se tornaram centros do desenvolvimento regional, como é o caso de Montes Claros.

O Norte de Minas reúne 89 municípios, em sete microrregiões: Bocaiúva, Grão-Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas. Com a população absoluta de cerca de 2.771.431 habitantes, 361.915, em Montes Claros (pelo censo/IBGE/2010). Desde a década de 1990, vêm ocorrendo, em Montes Claros, a expansão e a especialização das atividades do setor terciário, reconfigurando o seu espaço urbano e promovendo a expansão e descentralização das atividades comerciais e de serviços.

Os principais planos diretores, projetos e programas de desenvolvimento de Montes Claros, especialmente a partir da era SUDENE, foram os seguintes:

O Projeto Especial Cidade de Porte Médio (PECMP) de 1980 e, especialmente o Plano de Desenvolvimento de Montes Claros (PDMC), de 1991, cuja elaboração se deu com a participação popular e se baseou na busca de uma estratégia de intervenção flexível, considerando o papel do município no contexto regional, procurando superar os entraves ao desenvolvimento e dando especial atenção para a educação, saúde, cultura, abastecimento e lazer. O Plano Diretor elaborado em 1995 não chegou a ser aprovado.

O plano atual é de 2001 e está disponível para consulta na internet pelo link <http://www.montesclaros.mg.gov.br/prefeitura/legislacao/paginas/arquivos/Institui%20o>

%20Plano%20Diretor%20do%20munic%EDpio%20de%20Montes%20Claros.txt. Este Plano é assentado em objetivos estratégicos de desenvolvimento econômico dentre os quais destacamos,

(...) o de consolidar o município como pólo regional de aglomeração de serviços, mediante o estabelecimento de condições para o estreitamento das relações entre as fontes de conhecimento científico, informação e capacitação tecnológica; e entre as empresas de serviços especializados e os clientes, fornecedores e segmentos do mercado de mão-de-obra qualificada; (...) o de promover a instalação de centros de convenções, feiras e incubadoras de empresas, próximo aos centros de pesquisa e universidades; o de promover o desenvolvimento de serviços de tecnologia de ponta na região; e ainda o de estudar a viabilidade de implantação de pólos tecnológicos e serviços em áreas estratégicas quanto à articulação com rodovias estaduais e federais; e por fim o que sugere estimular a criação e consolidação de centralidades na cidade que funcionem como polos de atividades econômicas e sócio-educativas. (Plano Diretor do município de Montes Claros, 1991)

No bojo da globalização neoliberal, a dinâmica da economia deslocou a sua base para o setor terciário avançado, ou seja, configurava-se o meio técnico-científico-informacional, como proposto por Milton Santos, onde os novos serviços, tidos por modernos ou avançados, exigem um nível de especialização bem mais elevado e complexo do que os serviços tradicionais das etapas anteriores do desenvolvimento. Esta expansão do setor terciário, em Montes Claros, além da necessidade de readequação, exigiu novas competências e habilidades no que diz respeito aos recursos humanos locais e regionais.

Assim sendo, o setor da educação sofreu transformações quantitativas e qualitativas, tanto no setor público quanto no privado e em todos os níveis do ensino, do básico ao superior, do clássico ao técnico e profissional. Nesse momento, a educação foi tomada como uma forma de atendimento dessas novas demandas e se voltou para o mundo do trabalho. Mas, esse novo papel não foi cumprido satisfatoriamente.

Em tese, a necessidade de maior e melhor qualificação provocaria um prolongamento dos períodos de formação e especialização profissional, o que só acaba ocorrendo para uma parcela muito privilegiada de trabalhadores. A grande maioria corresponde ao modelo de qualificação deformada, ou seja, que se resume em assimilar o manuseio superficial das novas ferramentas de trabalho. (...) Dissemina-se que a progressiva perda de hegemonia do modelo taylorista/fordista e de suas formas de fragmentação a partir da nova mediação da microeletrônica torna insuficiente a qualificação fundamentada no saber tácito e sem formação institucional. No entanto, a noção de competências é apresentada de forma universal, mas aplica-se estritamente para os trabalhos que não se precarizaram e que se constituem no núcleo estável do trabalhador coletivo, ainda com direitos e condições razoáveis de vida e de trabalho, apesar da tendência à intensificação. (FARIA, 2009: 8)

Em outras palavras, o ensino técnico e profissional voltou seu foco para o mercado de trabalho e empregabilidade. Porém, com o intuito de ir além da simples formação para o trabalho, surgiram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O foco agora começa a se voltar para a ciência, pesquisa e inovação tecnológica.

[...] O foco dos Institutos Federais será a *justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias*. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por *difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais*. [...] Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal – Concepção e Diretrizes, 2008: p. 5. Grifos nossos.).

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um breve histórico

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica e receberam a atribuição de formar engenheiros de operação e tecnólogos, procurando adequar o ensino profissional às demandas do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho. Tal diretriz da educação técnica e tecnológica foi acentuada, em 1997, com o Decreto nº 2208, que desvinculou a educação técnica do ensino médio, com a extinção dos cursos técnicos integrados e priorizou a instituição de cursos superiores de tecnologia. Com o Decreto nº 5.154, de 2004, ainda que se tenha pretendido a reintegração, muito tímida, dos ensinos médio e técnico, sob as formas concomitante e continuada, a orientação para o mercado do trabalho permaneceu.

Porém, já eram perceptíveis alguns sinais de novas tendências. A partir de 2003, a política do governo federal passou a ter sua essência na superação da pobreza e da desigualdade social. Essa mudança,

[...] na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o novo projeto de nação: se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco, a partir de agora, desloca-se para a qualidade social. (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal – Concepção e Diretrizes, 2008: p. 6).

Com esta nova concepção, o governo decidiu expandir a rede de escolas federais de educação profissional e tecnológica. A primeira fase, iniciada em 2006, foi mais quantitativa e procurou implantar escolas desse tipo nos estados onde elas não existiam, “preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.” (Idem, p. 17).

Na segunda fase, a partir de 2007, manteve-se o perfil quantitativo, “Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país”, com a implantação de 150 unidades, abrindo 180 mil vagas na educação profissional e tecnológica. Projetava-se cerca de 500 mil matrículas até 2010, quando a expansão deveria estar concluída e na plenitude de seu funcionamento.

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-pólo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Certamente, cumprindo sua missão, os institutos agenciarão o desenvolvimento técnico-tecnológico nos níveis nacional, regional e local, na mesma proporção do crescimento, quantitativo e qualitativo, do seu capital humano, dos grupos de pesquisa e da inovação científica e tecnológica e, é claro, do ensino técnico, científico e tecnológico articulados ao mundo real, socialmente construído e vivido.

A cidade de Montes Claros foi contemplada com uma unidade de EPT nos meses iniciais de 2007. Como parceira, que deveria ceder terreno onde seria instalada a escola, a prefeitura municipal criou, com o decreto 2.343, de 26 de abril de 2.007, um grupo de trabalho “Para Elaboração de Projeto de Centro Federal de Educação Tecnológica”. Iniciava-se, assim, a implantação do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Montes Claros.

Em meados de 2008, representantes de setores ligados à educação e a lideranças sindicais, estudantis e comunitárias participaram de uma audiência pública para definir os cursos a serem implantados. De acordo com a Assessora do Diretor-Geral do CEFET-MG, Profa. Vanessa Guerra Caíres, a demanda local será atendida com cursos, ainda a serem definidos, nas áreas de Meio Ambiente, Química e Informática.

O terreno para a instalação do Campus situa-se na Avenida Dr. Rui Albuquerque, próximo à Escola Municipal João Vale Maurício (veja mapa no link

<http://goo.gl/maps/vgb9M>). A infraestrutura ocuparia cerca de 5 mil m², sendo 3.260 m² somente de prédios. A licitação para o início das obras do campus de Montes Claros seria realizada em junho após o que, iniciariam-se as obras.

Num primeiro momento, o atual IFNMG-Montes Claros seria uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), por decisão do executivo municipal. Neste momento, o CEFET de Januária foi responsabilizado pela implantação e administração de três unidades EPT, no Norte de Minas – Almenara, Arinos e Pirapora. Em 31 de março de 2008, resultando da CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC n.º 002/2007, a Portaria Nº 116 da SETEC/MEC, foi aprovada a implantação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Norte de Minas, integrando o CEFET Januária e a EAF de Salinas, dando início ao processo que ficou conhecido por “Ifetização” na região.

Ainda em 2008, pela Lei 11.892, de 29/12/2008, foram criados em todo o país, 38 Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, dentre os quais o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, compondo-se de sete Câmpus (Almenara, Araçuaí, Arinos, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas). Assim, o IFNMG incorporou e assumiu a responsabilidade de implantar e administrar mais duas unidades. Além de Montes Claros, a de Araçuaí que, até então era uma UNED (Unidade Descentralizada) do antigo CEFET-Rio Pomba.

Em Audiência Pública, onde os diversos setores da sociedade civil organizada e população local estiveram representados, realizada no dia 15 de junho de 2009, no auditório do Colégio Marista, levando em conta as características socioeconômicas e as transformações ocorridas nas últimas décadas na região, houve consenso em torno da necessidade de cursos superiores e de formação técnica de nível médio em atendimento às demandas dos setores secundário e terciário. É preciso ressaltar que, apesar da tendência das audiências públicas de focar a criação de cursos nas demandas do mercado de trabalho, o IFNMG tem também a missão de promover a pesquisa e a inovação científica e tecnológica.

Contrariando toda sorte de dificuldades, nesse intervalo, o IFNMG-Montes Claros, iniciou suas atividades, com autorização do Ministério da Educação, através da Portaria nº 1.366, em 06 de dezembro de 2010. Conveniado à Fundação Irmã Dulce de Montes Claros (MG), localizada à rua Santa Terezinha, nº 45, Bairro Cidade Nova, onde funcionam o Gabinete do Diretor Geral, as Diretorias de Ensino e Administrativa/Planejamento, e o Curso Técnico em Informática; e à Secretaria

Municipal de Educação de Montes Claros, na Escola Municipal Ruy Lage, rua “J”, nº 155, Bairro Planalto II, ofertou os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e Segurança do Trabalho, o IFNMG-Montes Claros se instalou provisoriamente nas dependências dessas instituições.

A responsabilidade da construção da escola continuava com o CEFET-MG. Essa situação se prolongou até o final do ano de 2012 quando, finalmente, após insistentes apelos da direção do IFNMG, pela portaria Dir-592/12 de 19 de novembro de 2012, a unidade de Montes Claros do CEFET-MG foi oficialmente transferida para a administração do IFNMG. As dificuldades derivadas foram muitas como, por exemplo,

O Campus Montes Claros apresentou, em 2011, o segundo menor valor de gasto corrente total e de número de matrículas do IFNMG, desta maneira, culmina com a segunda menor relação de gastos correntes por aluno. Essa situação deriva do fato de o campus ter funcionado durante 2011 em instalações provisórias, que não possibilitavam a ampliação na oferta de vagas e, ainda não demandavam o aporte de recursos financeiros para o financiamento dos custos fixos da unidade. (IFNMG. Relatório de Gestão, 2011: p. 20).

Evolução do número de matrículas dos cursos presenciais oferecidos pelo IFNMG – Campus Montes Claros (MG)

Nº de ordem	Cursos	Ano letivo – vagas oferecidas				
		2014	2015	2016	2017	2018
01	Técnico em Informática integrado	100	124	120	120	120
02	Técnico em Química integrado	107	118	120	120	120
03	Técnico em Eletrotécnica subsequente e/ou concomitante	171	177	160	160	160
04	Técnico em Eletrotécnica subsequente e /ou concomitante PRONATEC.	20	0	0	0	0
05	Técnico em Segurança do Trabalho subsequente e/ou concomitante	154	168	160	160	160
06	Técnico em Informática subsequente e/ou concomitante	105	120	120	120	120
07	Técnico em Edificações subsequente e/ou concomitante	0	40	120	120	120
08	Técnico em Mecânica subsequente e/ou concomitante	0	0	0	40	120
09	Técnico em Automação Industrial subsequente e/ou concomitante	0	0	0	0	40
10	Técnico em Administração / PROEJA	0	0	40	80	120
11	Ciência da Computação	74	114	194	240	280
12	Engenharia Química	114	194	274	316	360
13	Engenharia Elétrica	0	40	80	160	240
14	Engenharia Mecânica	0	0	0	0	40
15	Engenharia Civil	0	0	0	40	80
16	Arquitetura	0	0	0	0	40
17	Curso superior em Segurança do Trabalho	0	0	0	40	80
18	Licenciatura/Bacharelado em Química	0	40	80	120	160
19	Pós – graduação “ Lato Sensu” em Ciência da Computação	0	20	40	40	40
20	Pós – Graduação “Lato Sensu” em Biocombustível	0	0	20	40	40
21	Pós – Graduação “Lato Sensu” em Meio Ambiente	0	0	0	20	40
22	Pós – Graduação “Lato Sensu” Ensino de Ciências.	0	0	0	0	20
23	Mestrado (Área a ser definida)	0	0	0	0	20
Total		845	1.155	1.528	1.936	2.520



O Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros - Vereador **Antonio Silveira de Sá (Dr. Silveira)** e demais vereadores convidam V.Sa. para participar de Reunião Especial desta Casa, ocasião em que será procedida a entrega da **Placa Alferes José Lopes de Carvalho** ao **Instituto Federal do Norte de Minas**. Resolução de autoria do **Vereador Alfredo Ramos**.

Local: Câmara Municipal de Montes Claros

Data: 22 de maio de 2014 (quinta-feira)

Horário: 19 Horas 30 minutos